

N.Bal	Cs/Órg CN PLEG		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	IZAENE rev. IZAENE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			VET	00018	2011	12	07	2011	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Autuado como VET 00018 2011, aposto ao PLC 00018 2011 (PL 04605 2009, na Câmara dos Deputados).
Este processo contém 01 (uma) folha numerada e rubricada.
À SSCLCN.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VINICIUS rev. VINICIUS
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			VET	00018	2011	13	07	2011	CN SSCLCN	

Juntadas fls. 2 a 7, referentes à Mensagem nº 63, de 2011-CN (nº 259/2011, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto parcial aposto ao PLC nº 18, de 2011.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. MONDIN ret. HELOIDIA
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			VET	00018	2011	01	08	2011	CN SEXP	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de emitir relatório sobre o veto. Ao Ofício, serão anexadas cópias do Aviso, da Mensagem Presidencial e, se for o caso, da Lei, contendo as partes sancionadas, além do autógrafo do projeto. Após anexação da cópia do citado Ofício, o processado será devolvido à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.

N.Bal	Cs/Órg CN SEXP		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOSANE rev. JOSANE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			VET	00018	2011	01	08	2011	CN SEXP	

Recebido neste órgão às 11:56 hs.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		THEES rev. THEES
	CN	SEXP	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLCN	
			VET	00018	2011	02	08	2011			

À SCLCN.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		MONDIN rev. MONDIN
	CN	SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLCN	
			VET	00018	2011	02	08	2011			

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 8 e 9, referentes ao estudo de tramitação da proposição vetada (PLC nº 18, de 2011).



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		MONDIN rev. MONDIN
	CN	SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SEXP	
			VET	00018	2011	02	08	2011			

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		LEONGOME rev. LEONGOME
	CN	SEXP	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SEXP	
			VET	00018	2011	02	08	2011			

Recebido neste órgão às 16:20 hs.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	GILSONAN rev. GILSONAN ret. KOHLRAUS
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SEXP	VET	00018	2011	08	08	2011	CN SSCLCN	

Anexado o Ofício CN nº 408/2011, encaminhado à Presidência da Câmara dos Deputados solicitando a indicação de parlamentares para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto (fls. 10).
À SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LUIZS rev. LUIZS
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00018	2011	17	08	2011	CN SSCLCN	

Juntada fl. 11. referente ao Ofício SGM/P nº 1.243, de 2011, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LUIZS rev. LUIZS <i>Granjil</i>
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00018	2011	25	08	2011	CN ATA-PLEN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CRISJU rev. ALSOCARV
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00018	2011	25	08	2011	CN SACM	

12h - Leitura do Veto Parcial nº 18, de 2011.

Designação da Comissão Mista:

SENADORES: Francisco Dornelles, Lídice da Mata, Aloysio Nunes Ferreira e Magno Malta.

DEPUTADOS: Nelso Pellegrino, Danilo Forte, Jutahy Junior e Vilson Covatti.

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 14 de setembro de 2011.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 24 de setembro de 2011.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		JOESOAR rev. JOESOAR
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	CN	SACM	VET	00018	2011	06	09	2011	CN	SACM	

Anexada a Convocação de Instalação da Comissão (Fls. 13).



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		JOESOAR rev. JOESOAR
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	CN	SACM	VET	00018	2011	13	09	2011	CN	SACM	

Anexada a Lista de Presença às fls. 14.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		JOESOAR rev. JOESOAR
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	CN	SACM	VET	00018	2011	13	09	2011	CN	ATA-PLEN	

Anexado o Termo de Reunião às fls. 15.
À Subsecretaria de Ata para publicação.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		EDSONCB rev. ALSOCARV
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	CN	ATA-PLEN	VET	00018	2011	13	09	2011	CN	SACM	

Publicação do termo de reunião no Diário do Senado Federal do dia 14/09/2011.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg CN SACM	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	VALERIAR rev. VALERIAR
		Tipo VET	Número 00018	Ano 2011	Dia 15	Mês 09	Ano 2011		

Esgotado o prazo regimental, sem apresentação do relatório pela Comissão Mista, a matéria é encaminhada à SSCLCN para as devidas providências.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN ATA-PLEN	LUIZS rev. LUIZS <i>Chrysr</i>
		Tipo VET	Número 00018	Ano 2011	Dia 18	Mês 12	Ano 2012		

STATUS: INCLUIDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.

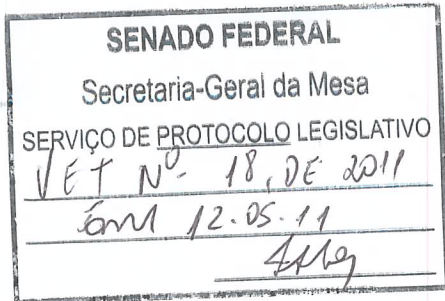
N.Bal	Cs/Órg CN ATA-PLEN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	OTAVIOL rev. OTAVIOL
		Tipo VET	Número 00018	Ano 2010	Dia 19	Mês 12	Ano 2012		

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



2

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 132, terça-feira, 12 de julho de 2011

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 2011

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital da Convenção S.A. Corretora de Valores e Câmbio.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

D E C R E T A :

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira, em até cem por cento, no capital social da Convenção S.A. Corretora de Valores e Câmbio.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de julho de 2011; 190ª da Independência e 123ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Henrique Barbosa Filho
Antônio de Moraes Meirelles

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 259, de 11 de julho de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 18, de 2011 (nº 4.605/09 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada".

Ouvindo, o Ministério do Trabalho e Emprego manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ouvidoria@in.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

§ 4º do art. 980-A, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, inserido pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 4º Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, não se confundindo em qualquer situação com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, conforme descrito em sua declaração anual de bens entregue ao órgão competente."

Razões do veto

"Não obstante o mérito da proposta, o dispositivo traz a expressão 'em qualquer situação', que pode gerar divergências quanto à aplicação das hipóteses gerais de desconconsideração da personalidade jurídica, previstas no art. 50 do Código Civil. Assim, e por força do § 6º do projeto de lei, aplicar-se-á à EIRELI as regras da sociedade limitada, inclusive quanto à separação do patrimônio."

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 260, de 11 de julho de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do Projeto de lei, que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.442, de 11 de junho de 2011.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃODESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 8 de julho de 2011

Entidade: AR GUIAMAIS
CNPJ: 04.207.878/0001-53
Processo Nº: 00100.000209/2011-14

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 07/10), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro AR GUIAMAIS, operacionalmente vinculada à SINCOR RFB, com fulcro no item 2.2.2.1.2 do DOC JCP 03, versão 4.4, de 12 de agosto de 2010. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 32, DE 9 DE JUNHO DE 2008(*)

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XII do art. 4º e tendo em vista o disposto no art. 43, ambos da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, edita a presente Súmula da Advocacia-Geral da União, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos de representação judicial da União:

"Para fins de concessão dos benefícios dispostos nos artigos 39, inciso I e seu parágrafo único, e 143 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, serão considerados como início razoável de prova material documentos públicos e particulares datados de fé pública, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes, nos quais conste expressamente a qualificação do segurado, de seu cônjuge, enquanto casado, ou companheiro, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente, enquanto dependente deste, como rurícola, lavrador ou agricultor, salvo a existência de prova em contrário."

REFERÊNCIAS:

LEGISLAÇÃO: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Art. 55, § 3º; Art. 106; e Art. 143, II). Instrução Normativa do INSS nº 11, de 20.09.2006, (Art. 133, §§ 1º, 2º e 3º).

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça: REsp 637.437/PB, Rel. Ministra Laurita Vaz (DJ de 13/09/2004), REsp 603.202/RS, Rel. Ministro Jorge Scartezini, (DJ de 28/06/2004) Quinta Turma; REsp 439.647/RS Rel. Ministro Hamilton Carvalhido (DJ de 19/12/2002), Sexta Turma; EARS/SP 719, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa (DJ 24/11/2004) e AR 1.166/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, (DJ de 26/02/2007) Terceira Seção.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

(*) Republicada por ter saído com incorreções nas Consolidações das Súmulas da Advocacia-Geral da União de fevereiro de 2011 (DJ de 4, 7 e 8/02/2011); de janeiro de 2010 (DJ de 17, 18 e 19/02/2010); de abril de 2009 (DJ de 6, 7 e 8/04/2009).

SÚMULA Nº 56, DE 7 DE JULHO DE 2011

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inc. XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inc. II, e 43, caput, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inciso II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimento/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, e

Considerando a possibilidade de interpretações dissociadas do verdadeiro alcance da Súmula nº 48, da Advocacia-Geral da União, resolve:

Alterar a Súmula nº 48, da Advocacia-Geral da União, publicada nos dias 09, 14 e 15 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para fins de concessão do reajuste de 28,86%, a incidência da correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento administrativo de cada parcela, previsto na MP 2.169/2001, ou judicial, nos termos do art. 1º da Lei 6.899/81, observado o disposto no artigo 6º e §§ do Ato Regimento nº 1/2008-AGU c/c os artigos 1º e 6º do Decreto nº 20.910/32."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 6.899/81; Lei nº 8.622/93; Lei nº 8.627/93; MP 2.131/2000; MP 2.169-43/2001; Decreto nº 20.910/32.

Precedentes: Superior Tribunal de Justiça - REsp 990.284/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 14.04.09 (Terceira Seção); REsp 967.421/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 24.09.07, REsp. 508.093/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 06.08.07 (Quinta Turma); AgRg no AI nº 395.462/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves; AgRg-Ag 756.888/RS, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias, DJ de 03.09.07, REsp 835.761/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 11.12.06 (Sexta Turma).

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 11 DE JULHO DE 2011

Institui o Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da legislação interna de comércio exterior (GTIC).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, tendo em vista o § 1º do art. 1º do mesmo diploma legal e o inciso V do art. 8º do Anexo à Resolução CAMEX nº 11, de 25 de abril de 2005, e com fundamento no § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no parágrafo único do art. 26 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002,

RESOLVE ad referendum do Conselho:

Art. 1º Instituir, no âmbito da CAMEX, o Grupo Técnico Interministerial com a atribuição de elaborar proposta de modernização e consolidação da legislação interna sobre comércio exterior (GTIC), com vistas a sua harmonização, racionalização e simplificação.

Art. 2º O GTIC será presidido pela Secretaria Executiva da CAMEX e composto por representantes, titulares e suplentes, dos Ministérios que integram a CAMEX.

§ 1º Os representantes a que se refere o caput serão indicados pelos titulares dos órgãos representados.

§ 2º O GTIC se reunirá por convocação do seu Presidente.

Art. 3º No exercício das suas atribuições, o GTIC poderá solicitar a cooperação de outros órgãos, entidades públicas e organizações da sociedade civil, cujas atividades se relacionem com o comércio exterior.

Art. 4º O GTIC procederá ao levantamento da legislação pertinente ao comércio exterior, em vigor, e formulará projeto de modernização e consolidação de leis que tratem da matéria ou de assuntos a ela vinculados, com a declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores.

§ 1º Os temas a serem tratados pelo GTIC serão submetidos à aprovação do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior - GECEX.

§ 2º O primeiro projeto de modernização e consolidação da legislação relativa ao comércio exterior deverá ser concluído em até três meses a contar da primeira reunião do GTIC, para posterior apreciação do Conselho de Ministros da CAMEX.

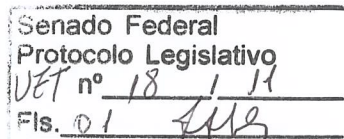
§ 3º O GTIC exercerá suas funções de forma permanente.

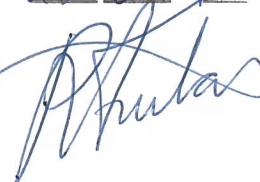
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011071200002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Mensagem nº 259

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 18, de 2011 (nº 4.605/09 na Câmara dos Deputados), que “Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada”.

Ouvido, o Ministério do Trabalho e Emprego manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 4º do art. 980-A, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, inserido pelo art. 2º do projeto de lei


“§ 4º Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, não se confundindo em qualquer situação com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, conforme descrito em sua declaração anual de bens entregue ao órgão competente.”

Razões do veto

“Não obstante o mérito da proposta, o dispositivo traz a expressão ‘em qualquer situação’, que pode gerar divergências quanto à aplicação das hipóteses gerais de desconconsideração da personalidade jurídica, previstas no art. 50 do Código Civil. Assim, e por força do § 6º do projeto de lei, aplicar-se-á à EIRELI as regras da sociedade limitada, inclusive quanto à separação do patrimônio.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

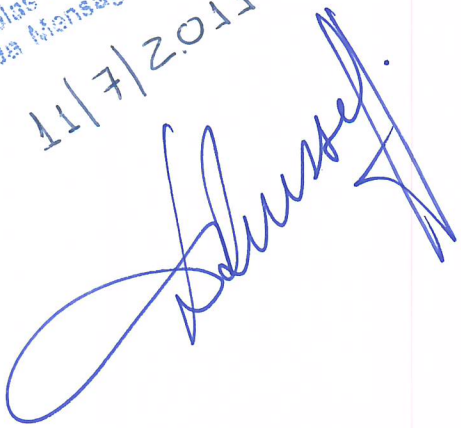
Brasília, 11 de julho de 2011.



Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 18 / 2011
Fls. 02

Sancionado, em parte,
pelas razões constantes
da Mensagem anexa

11/7/2011



Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta inciso VI ao art. 44, acrescenta art. 980-A ao Livro II da Parte Especial e altera o parágrafo único do art. 1.033, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), de modo a instituir a empresa individual de responsabilidade limitada, nas condições que especifica.

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 44.

VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

.....” (NR)

“LIVRO II

.....

TÍTULO I-A DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

§ 2º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

§ 3º A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

§ 4º Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, não se confundindo em qualquer situação com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, conforme descrito em sua declaração anual de bens entregue ao órgão competente.

§ 5º Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.

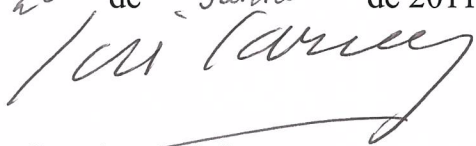
§ 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.

.....”
 “Art. 1.033.

.....
 Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, requeira, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de Junho de 2011.



Senador José Sarney
 Presidente do Senado Federal

LEI Nº 12.441, DE 11 DE JULHO DE 2011.

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.

A P R E S I D E N T A D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Esta Lei acrescenta inciso VI ao art. 44, acrescenta art. 980-A ao Livro II da Parte Especial e altera o parágrafo único do art. 1.033, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), de modo a instituir a empresa individual de responsabilidade limitada, nas condições que especifica.

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 44.

VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada.” (NR)

“LIVRO II

TÍTULO I-A
DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA

Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

§ 2º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

§ 3º A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

§ 4º (VETADO).

§ 5º Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.

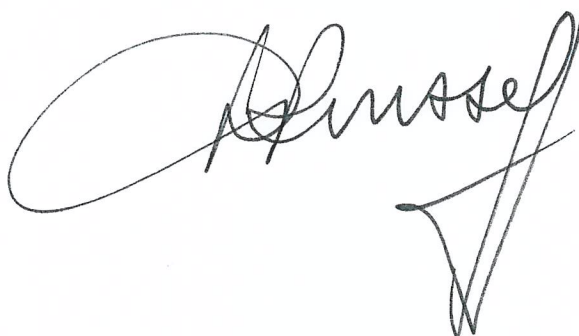
§ 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.

“Art. 1.033.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, requeira, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 11 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.



VET 18/2011

MCN 63/2011

PLC 18/2011

Aviso nº 385 - C. Civil.

Em 11 de julho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Veto parcial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 18, de 2011 (nº 4.605/09 na Câmara dos Deputados), que, com veto parcial, se converteu na Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 18 / 2011
Fls. 07

Recebido em
13/07/2011 às
14:05 min
FVAVIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2011
(nº 4.605/2009, na Casa de origem)

EMENTA: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.

AUTOR: Dep. Marcos Montes

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 4/2/2009 – DCD de 14/2/2009

COMISSÕES:

Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

Constituição e Justiça e de Cidadania

RELATORES:

Dep. Guilherme Campos

Dep. Marcelo Itagiba

Dep. Odair Cunha

(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Ofício PS-GSE nº 42, de 30/3/2011

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 4/4/2011 – DSF de 5/4/2011

COMISSÕES:

Constituição, Justiça e Cidadania

Diretora

RELATORES:

Sen. Francisco Dornelles

(Parecer nº 380/2011-CCJ)

Sen. Ciro Nogueira

(Parecer nº 526/2011-CDIR)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 122, de 20/6/2011

VETO PARCIAL Nº 18, de 2011
(Mensagem nº 63, de 2011-CN)

Parte sancionada:

Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011
D.O.U. – Seção 1, de 12/7/2011

Parte vetada:

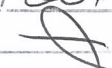
- § 4º do art. 980-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 2º do projeto.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:
SENADORES DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional

VET nº 18 / 2011
9 Rubrica: 

Ofício nº 408 (CN)

Brasília, em 08 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

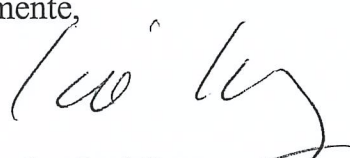
Senhor Presidente,

A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 63, de 2011-CN (nº 259/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011 (PL nº 4.605, de 2009, nessa Casa), que “Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada”.

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Encaminho, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Atenciosamente,


Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1243/2011/SGM/P

Brasília, 12 de agosto de 2011.

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/nº 408, de 08 de agosto de 2011, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **NELSON PELLEGRINO (PT)**, **DANILO FORTE (PMDB)**, **JUTAHY JR (PSDB)** E **VILSON COVATTI (PP)** para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011 (PL nº 4605, de 2009, nesta Casa), que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada".

Atenciosamente,



MARCO MAIA

Presidente

Recebido em 15/8/2011, às 16:28
César de Brito Filho / Mat. 229900



Documento : 51462 - 2

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislação do Congresso Nacional	
PL nº	18 / 2011
File	Rubrica

De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 2, de 2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Parcial nº 18, de 2011 (PLC 18/2011)

Senadores

Francisco Dornelles
Lídice da Mata
Aloysio Nunes Ferreira
Magno Malta

Deputados

Nelson Pellegrino
Danilo Forte
Jutahy Junior
Vilson Covatti

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 14 de setembro de 2011.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 24 de setembro de 2011.





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

CONVOCAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Pellegrino, Presidente Eventual da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 18 de 2011**, aposto ao PLC 00018 2011 (PL 04605 2009, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada", **convoca** Vossa Excelência para reunião da Comissão a realizar-se no dia **13/09/2011** (terça-feira), às 15:00h, **Plenário nº 09**, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.

PAUTA: INSTALAÇÃO DA COMISSÃO.

Secretaria da Comissão, em 06 de setembro de 2011.


Sergio da Fonseca Braga
Diretor
■ 3303-3507





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DESTINADA A RELATAR O **VETO PARCIAL Nº 18 DE 2011**, APOSTO AO PLC 00018 2011 (PL 04605 2009, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS), QUE "ALTERA A LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA PERMITIR A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA".

PAUTA: INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

LISTA DE PRESENÇA

1ª Reunião, realizada em **13/09/2011**, às **15h00**, na **Sala 09**, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.

NOME	SENADORES PARTIDO	ASSINATURA
Francisco Dornelles	PP	
Lídice da Mata	PSB	
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
Magno Malta	PR	

NOME	DEPUTADOS PARTIDO	ASSINATURA
Nelson Pellegrino	PT	
Danilo Forte	PMDB	
Jutahy Junior	PMDB	
Vilson Covatti	PP	

Secretário: José Soares – Tel: 3303-4797





**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia treze do mês de setembro de dois mil e onze, terça-feira, às quinze horas, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 18 de 2011**, apostado ao PLC 00018 2011 (PL 04605 2009, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada". Sem a presença de Membros, **a reunião não foi realizada.**

E para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

